



FÓRUNS – 39º EIA

Informações gerais para elaboração de RELATÓRIO DO FÓRUM

TÍTULO: ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR A SAÚDE AUDITIVA NO BRASIL

Coordenadoras: Dra. Doris R Lewis, Dra. Fabiana C. M. de Araújo e Dra. Elaine Soares M Pinto

Relatora: Dra. Fabiana C. M. de Araújo

Participantes: Dr. Manoel de Nobrega, Dr. Arthur A. Medeiros; Dr. Vitor Fonseca, Dr. Vagner Rodrigues, Dra. Eliene S Araujo, Fgo. Raimundo O Neto e Dra. Adriana N. de Andrade

Quantitativo de participantes (em média): 70 pessoas

TEMAS DISCUTIDOS:

- Prevalência da TAN no Brasil?
- Financiamento para estudo de prevalência no Brasil e por região.
- Banco de Dados Nacional
- Acompanhamento da qualidade das TAN.
- Controle de qualidade dos serviços.
- Educação continuada.
- Estratégias de Cobertura.

APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS

- Prevalência da Perda auditiva no Brasil
- Cobertura da Triagem auditiva no Brasil
- Dados oficiais do Ministério da Saúde sobre a cobertura nacional da triagem auditiva neonatal universal (em anexo)

DISCUSSÕES REALIZADAS NO FÓRUM

Os participantes e a platéia elencaram as principais dificuldades observadas para cumprir a lei federal nº 12.303. Dr Arthur Medeiros (representante do Ministério da Saúde) respondeu vários questionamentos da platéia e dos representantes.

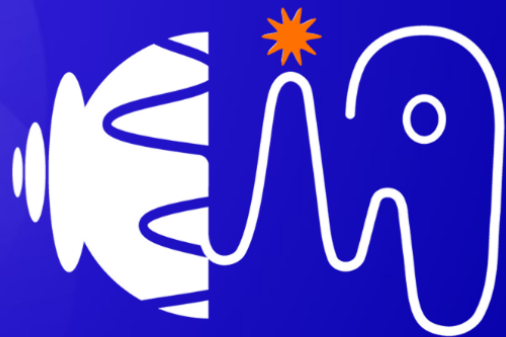
Principais questões discutidas:

- Levantamento da real prevalência da deficiência auditiva no Brasil;
- Necessidade de Banco de Dados
- Controle de qualidade dos serviços
- Educação continuada
- Estratégias para aumentar a conscientização e cobertura
- Identificação de centros para referência de diagnóstico e intervenção

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS (*check list*)

Em consenso, o grupo decidiu iniciar uma força tarefa com o objetivo principal de ampliar a cobertura nacional da triagem auditiva. Nova reunião será realizada em aproximadamente 60 dias, e cada órgão através de seu representante trará as estratégias pertinentes.

O objetivo é que no próximo Fórum em 2025, possamos apresentar as estratégias e as metas para viabilizarmos a triagem auditiva neonatal e o diagnóstico precoce da deficiência auditiva.



39^{*} Encontro Internacional de Audiologia

09 a 11 de maio de 2024

Centro de Convenções Frei Caneca

São Paulo - SP

Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal no Brasil

Realização



Organização



Dr. Arthur de Almeida Medeiros
Coordenador-Geral
Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência
(CGSPD/DAET/SAES/MS)



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Portaria GM/MS nº 2.073

Política Nacional de Saúde Auditiva

Portaria SAS/MS nº 587

Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva

2002

Portaria GM/MS nº 1.060
Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência

2004

Decreto nº 6.949
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

2009

LEI nº 12.303/2010

Obrigatoriedade de realização da TAN

2010

Portaria GM/MS nº 793
RCPD no âmbito do SUS

Portaria GM/MS nº 835
Incentivos financeiros RCPD

2012

Lei nº 12.715
Pronas/PCD

Diretriz

Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal

2012

Financiamento
Os aparelhos de EOA e PEATE começaram a ser financiados pela CGSPD

2014

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI)

2015

Triagens neonatais universais
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança

2015

Revisão da TAN

Revisão da nova Diretriz da TAN

2024

Objetivo da TAN

Avaliação da Audição



Diagnóstico precoce da Perda Auditiva



Tratamento da Perda Auditiva
(Orientação familiar, protetização, implante
coclear, terapia fonoaudiológica, educação
inclusiva)

Organização da Rede para a realização da TAN

ATENÇÃO PRIMÁRIA



UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE

E-MULTI

RASTREAMENTO E BUSCA
ATIVA

ATENÇÃO ESPECIALIZADA



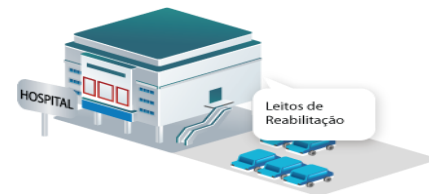
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER

AMBULATÓRIO DE
ESPECIALIDADES

SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO
DE MODALIDADE ÚNICA

TRIAGEM, AVALIAÇÃO,
DIAGNÓSTICO,
PROTETIZAÇÃO E
REABILITAÇÃO

ATENÇÃO HOSPITALAR



MATERNIDADES

HOSPITAIS

TRIAGEM, AVALIAÇÃO E REALIZAÇÃO DO
IMPLANTE COCLEAR

Componentes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) em relação a Saúde Auditiva



- CER II, III e IV com modalidade Auditiva e serviços de modalidade única em reabilitação auditiva.



- Financiamento AASI

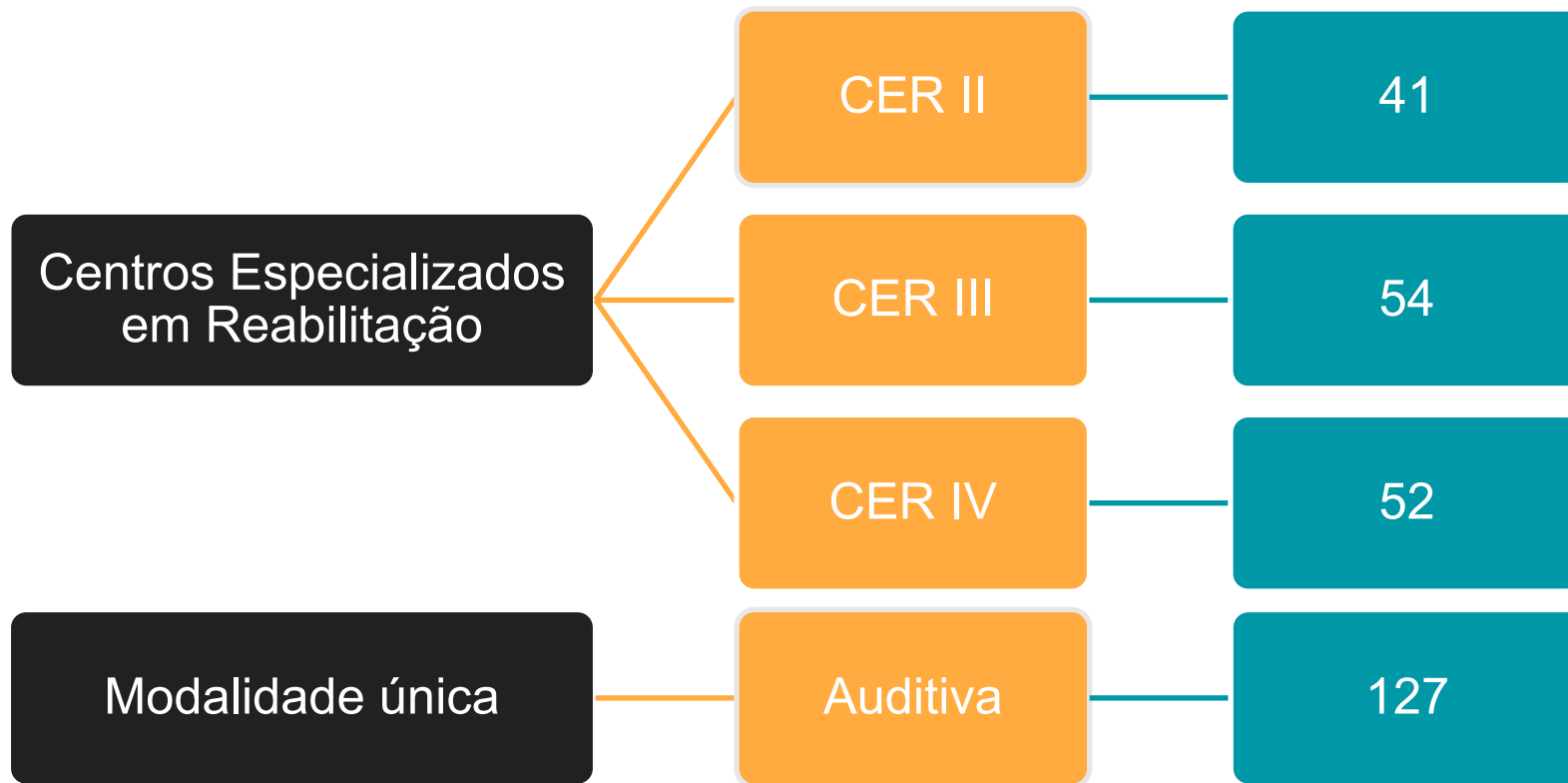


- Financiamento sistema de Frequência Modulada (FM)



- Financiamento EOA e PEATE para serviços da atenção secundária e maternidades

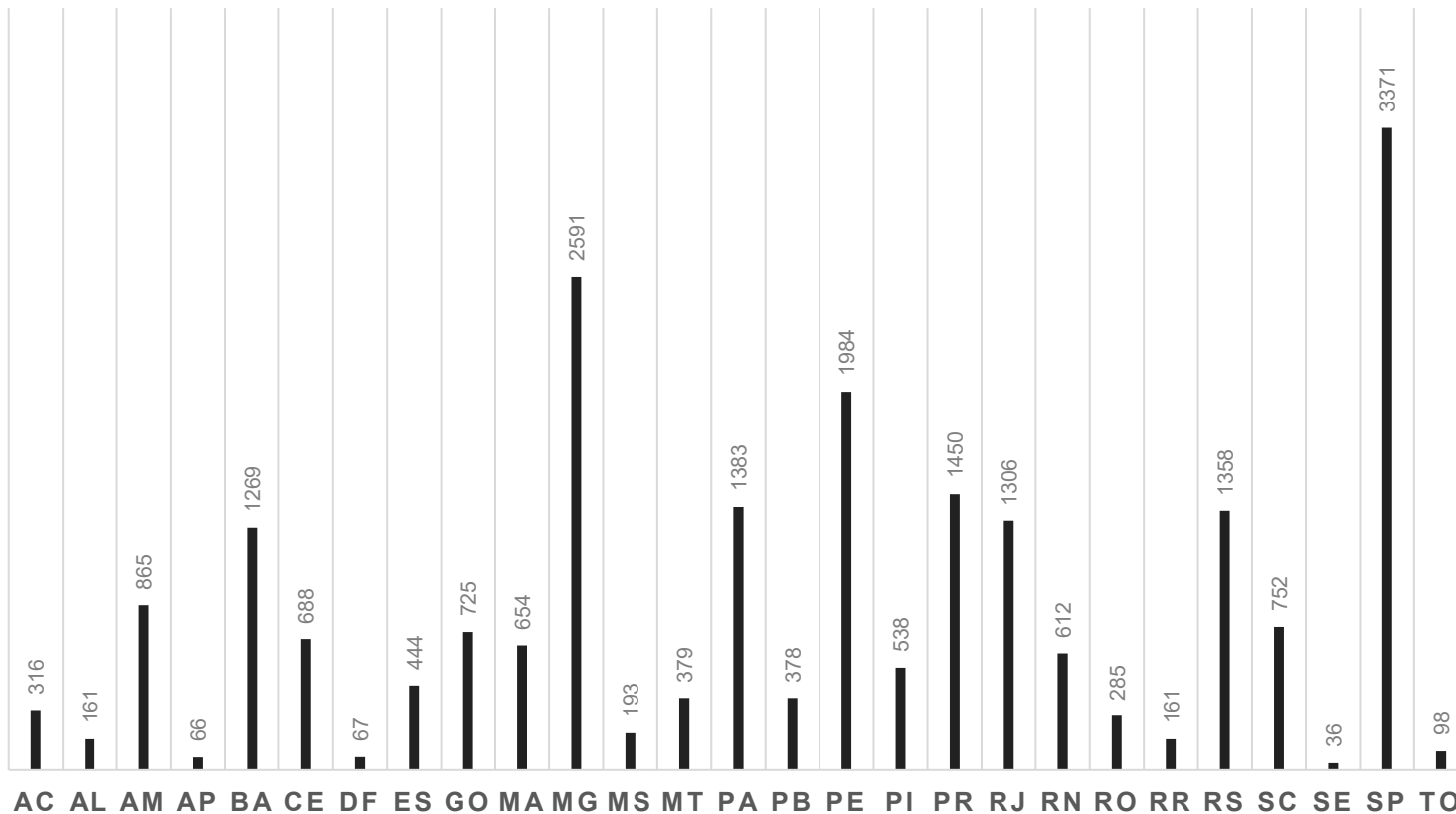
CER habilitados em reabilitação auditiva e serviços de modalidade única





39 Encontro
Internacional
de Audiologia
09 a 11 de maio de 2024
Centro de Convenções Frei Caneca
São Paulo - SP

Número de equipamentos financiados entre 2017 - 2023



Fonte: Painel de Informações do FNS

Investimento na Triagem Auditiva Neonatal de 2017 a 2023

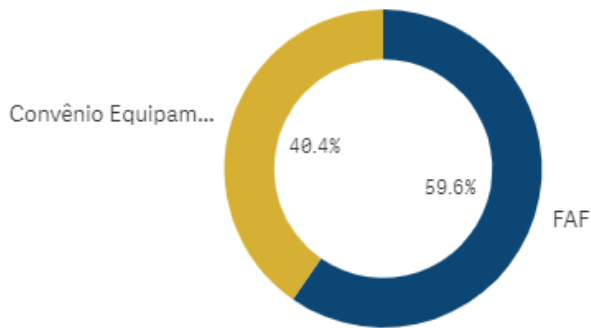
Qtd Estabelecimentos Contemplados

560

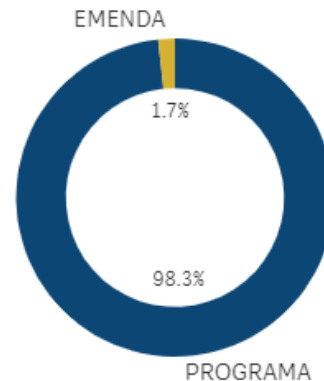
Valor Total Equipamentos

R\$82.136.251,00

Instrumentos

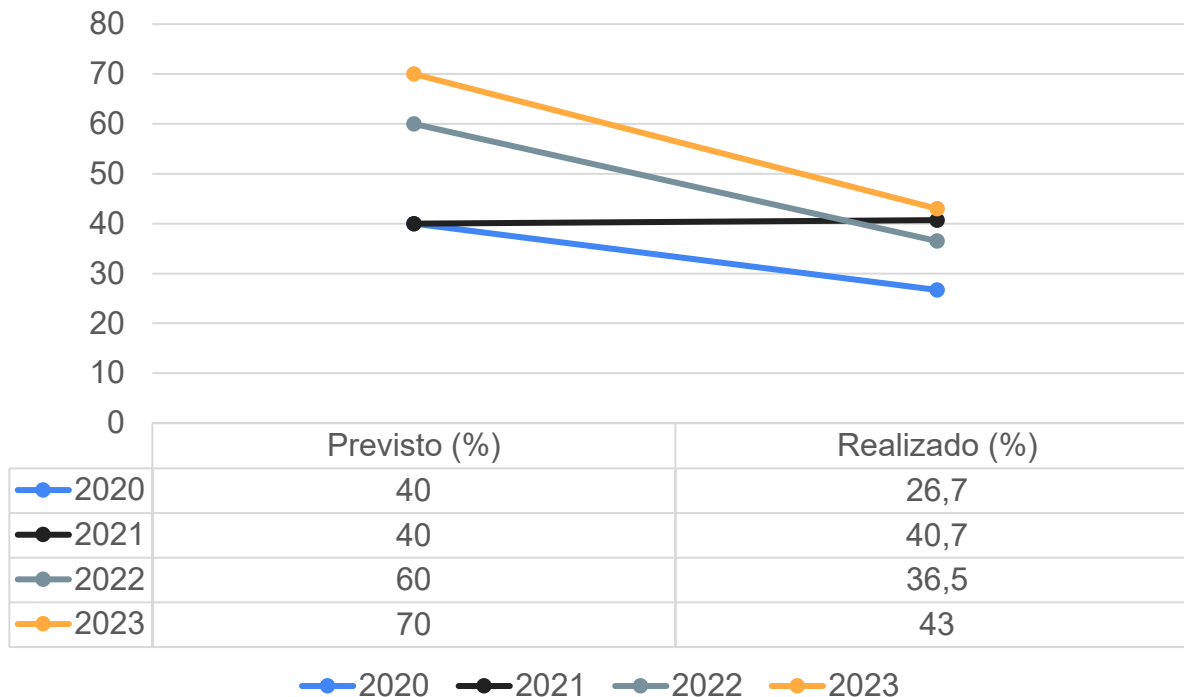


Tipo de Recurso





Cobertura da TAN no Brasil



Cobertura da TAN

- Atualmente o cálculo da Triagem Auditiva Neonatal é realizado através:
- Registro de procedimentos da TAN no SIA/SUS e SIH/SUS por UF (PTAN)
- Número de nascidos vivos registrados no SINASC por UF (NascV)
- Subtração do percentual de crianças com até 1 ano com cobertura de plano de saúde por UF (%CobPS)
- Por esse motivo o adequado lançamentos dos procedimentos é suma importância para o monitoramento da realização e cobertura da TAN no Brasil.

$$\text{Cobertura} = \frac{\text{PTAN}}{(\text{NascV} - \% \text{CobPS})} \times 100$$

Meta atual:

70% dos bebês nascidos vivos
testados de acordo com o Plano
Nacional de Saúde

Em 2023:

173 novos serviços começaram a
realizar a TAN.
21 novos serviços equipados.

Procedimentos que são monitorados para a produção dos dados referentes a cobertura

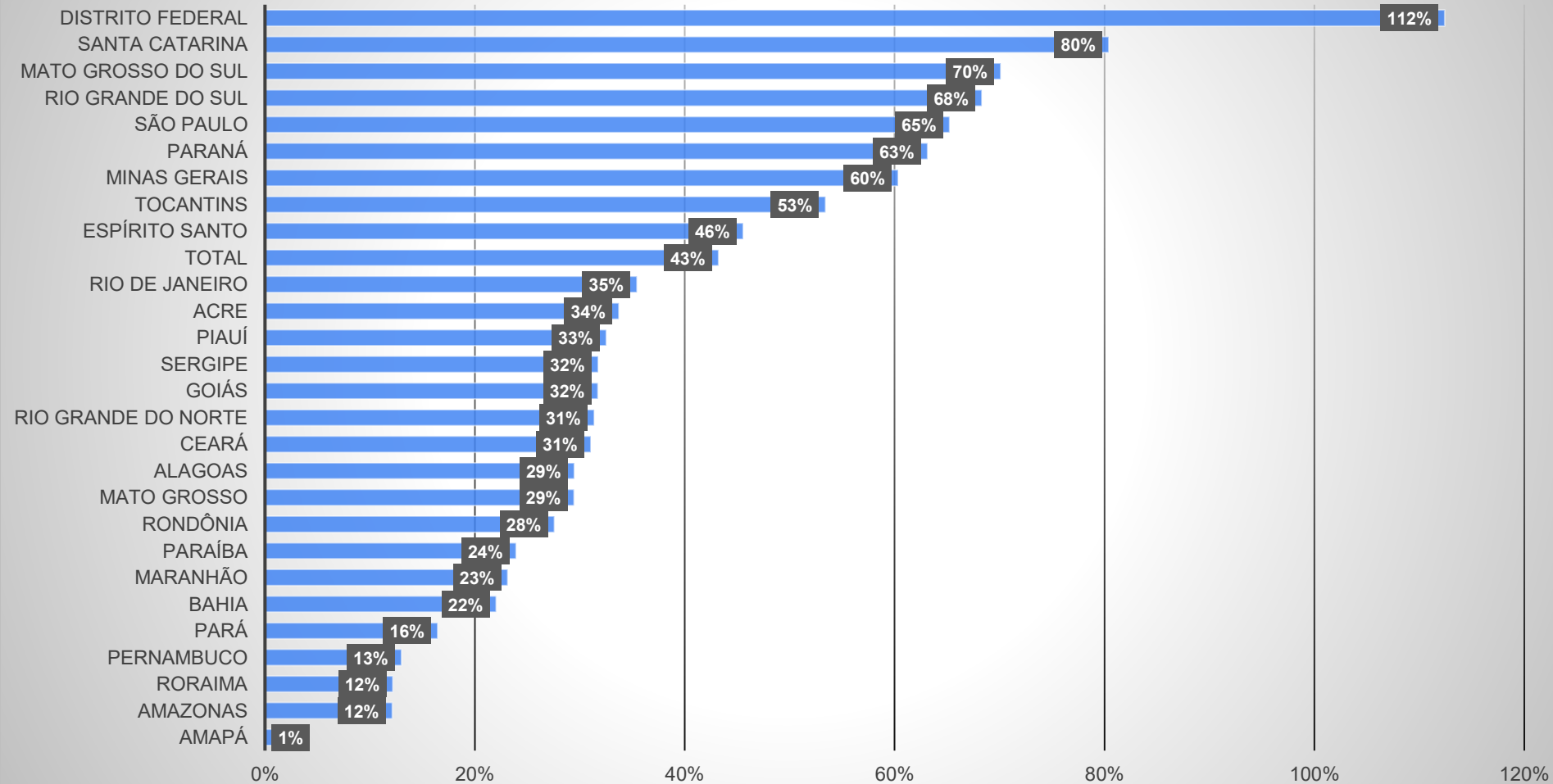
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	NOME DO PROCEDIMENTO	INSTRUMENTO DE REGISTRO	REGISTRO PRECONIZADO NA:
02.11.07.014-9	EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)	AIH DO PARTO (Proc. Secundário)
02.11.07.027-0	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)	AIH DO PARTO (Proc. Secundário)
02.11.07.042-4	EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA/RETESTE)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)
02.11.07.043-2	POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA/RETESTE)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)	BPA (Individualizado) AIH (Proc. Secundário)



Procedimentos autorizados SIH e SIA, reflexo do preenchimento inadequado.

UF Atendimento	NV Jan - Dez	TOTAL SIA	TOTAL SIH	TOTAL PROC	% Cobertura
Rondônia	24.298	5.268	865	6.133	27,6%
Acre	14.160	88	4.573	4.661	33,7%
Amazonas	66.157	6.510	797	7.307	12,1%
Roraima	12.138	1.248	170	1.418	12,2%
Pará	123.558	16.583	2.116	18.699	16,5%
Amapá	13.922	86	38	124	0,9%
Tocantins	22.187	1.094	9.951	11.045	53,4%
Maranhão	92.715	9.187	10.847	20.034	23,1%
Piauí	43.337	11.829	0	11.829	32,5%
Ceará	110.320	17.891	10.983	28.874	31,0%
Rio Grande do Norte	37.302	5.720	3.967	9.687	31,4%
Paraíba	48.085	10.275	34	10.309	23,9%
Pernambuco	114.079	11.012	1.824	12.836	13,0%
Alagoas	44.602	10.611	1.141	11.752	29,5%
Sergipe	29.281	6.907	1.266	8.173	31,8%
Bahia	166.670	21.828	11.447	33.275	22,0%
Minas Gerais	214.221	80.375	14.769	95.144	60,3%
Espírito Santo	48.054	6.733	8.636	15.369	45,6%
Rio de Janeiro	173.405	21.201	22.865	44.066	35,4%
São Paulo	510.199	73.815	143.170	216.985	65,2%
Paraná	138.159	56.958	8.110	65.068	63,1%
Santa Catarina	96.007	29.962	27.865	57.827	80,4%
Rio Grande do Sul	112.531	54.866	4.705	59.571	68,3%
Mato Grosso do Sul	38.740	9.332	13.077	22.409	70,1%
Mato Grosso	55.065	12.500	249	12.749	29,5%
Goiás	76.404	13.593	5.625	19.218	31,7%
Distrito Federal	45.923	21.851	17.383	39.234	112,4%

Cobertura estimada da TAN por Unidade Federativa



Metas

- Ampliar o número de estabelecimentos que realizam a TAN;
- Equipar estabelecimentos de saúde com equipamentos para TAN;
- Publicar a nova Diretriz para realização da TAN;
- Parceria com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) com o objetivo de aumentar a cobertura da TAN principalmente entre as populações: ribeirinha, quilombola, indígena e do campo;
- Implantar estratégias de informação e comunicação acessíveis;
- Criar notas e documentos instrutivos sobre o adequado preenchimento dos procedimentos:.

Barreiras

- Geográficas e territoriais;
- Dificuldades do registro adequado dos procedimentos da TAN;
- Fragilidade no processo de aquisição de materiais;
- Não cumprimento da Lei nº 12.303/2010 que trata sob a universalidade na realização da TAN pelas maternidades;
- Serviços não cumprirem os critérios técnicos e normativos para a aquisição de equipamentos e estruturação do serviço da TAN.
- Lançamento dos dados dos nascidos vivos (SINASC) um ano após a ocorrência conforme Portaria nº 116/2009 Art. 37, gerando incompatibilidade temporal entre os dados;
- Unidades Federativas como o DF que possui alto número de atendimentos a usuários do entorno (GO/MG), gerando um número de cobertura maior do que o número de nascidos vivos da unidade federativa.
- O lançamento de procedimentos de TESTE sendo lançados como RETESTE, enviando os dados.

Obrigado!

SAES Secretaria de
Atenção Especializada à Saúde



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Contato CGSPD/DAET/SAES/MS:
pessoacomdeficiencia@saude.gov.br